



**Período: JULHO/2012**

## **31/07/2012 Portaria CAT 93, de 30 de julho de 2012**

*Altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.*

*A Portaria CAT 93, de 30 de julho de 2012, publicada em 31/07/2012, altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.*

*Em atenção ao nosso pleito, foi prorrogada a vigência da Portaria CAT 241/2009, de 25 de novembro de 2009, **até 31 de agosto de 2012.***

*Sendo assim, a partir de 1º de setembro de 2012, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no parágrafo 1º do artigo 313-Z1 do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.*

*Vale frisar que o percentual de **159,34%** será aplicado quando não houver a indicação do IVA-ST específico para mercadoria.*

*No caso de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:*

*IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:*

*(i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;*

*(ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;*

*(iii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.*

*A Portaria CAT 93/2012 entra em vigor em 1º de agosto de 2012, ficando revogada, a partir da mesma data, a Portaria CAT 83/2012.*

*Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 93/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **27/07/2012 Portaria CAT 92, de 26 de julho de 2012**

*Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS.*

*A Portaria CAT 92, de 26 de julho de 2012, publicada em 27/07/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS.*

*Dessa forma, no período de 1º de agosto de 2012 a 30 de setembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Y do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.*

*Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12%, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:*

*IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:*

- (i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;*
- (ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;*
- (ii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.*

*Importante destacar que a partir de 1º de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Y do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST.*

*Nessa hipótese, o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:*

*(i) a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:*

*a) até 28 de fevereiro de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



b) até 30 de junho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

*Mister se faz alertar que, se não for cumprido o prazo para a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços (28/02/2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de outubro de 2013.*

*Quando se tratar de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula mencionada acima.*

*Ficam revogadas, a partir de 1º de agosto de 2012, as Portarias CAT 78/10 e 82/12, que tratavam do assunto.*

*A Portaria CAT 92/2012 entra em vigor em 01/08/2012.*

*Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 92/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).*

## **25/07/2012 – Decreto Federal nº 7.777, de 24 de julho de 2012**

*Dispõe sobre as medidas de continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidos por servidores públicos federais.*

*Foi publicado no Diário Oficial da União da presente data o Decreto Federal nº 7.777, de 2012, que trata sobre as medidas de continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidos por servidores públicos federais.*

*Com a edição do referido decreto os Ministros de Estado supervisores de órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar as seguintes medidas:*

*promover, mediante convênio, o compartilhamento da execução da atividade ou serviço com Estados, Distrito Federal ou Municípios; e*

*adotar, mediante ato próprio, procedimentos simplificados necessários à manutenção ou realização da atividade ou serviço.*

*Desta forma, no caso de greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos, competirá ao Ministro de Estado aprovar atos e convênios que garantam o funcionamento regular destas atividades ou serviços.*

*Os Ministros responsáveis pelas atividades de liberação de veículos e cargas do comércio exterior determinarão prazo máximo para liberação dos mesmos.*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Prevê ainda o Decreto nº 7.777 que na hipótese de descumprimento das medidas adotadas pela administração pública federal que visem a continuidade das atividades será o servidor público competente submetido a processo disciplinar para apuração de responsabilidade funcional.*

*Vale lembrar que os convênios e atos emanados pela Administração Pública Federal visando assegurar a continuidade dos serviços públicos perderão sua eficácia com o término da greve, paralisação ou operação e retardamento e com a regularização das atividades e dos serviços públicos.*

*O Decreto Federal nº 7.777, de 24 de julho de 2012 entrou em vigor na data de sua publicação.*

*Para conhecer o inteiro teor do decreto, [clique aqui](#).*

## **20/07/2012 Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012**

*Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg D); institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies); altera as Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.651, de 7 de abril de 2008, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 12.429, de 20 de junho de 2011, 12.462, de 4 de agosto de 2011, e 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e dá outras providências.*

*Foi publicada em 19 de julho do corrente ano, a Lei nº 12.688, oriunda da conversão da Medida Provisória nº 559, que promoveu uma série de alterações na legislação brasileira. As alterações supra noticiadas referem-se às seguintes matérias:*

*Fica a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) autorizada a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A., de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.*

*O artigo 1º da Lei em referência cuidou ainda das disposições complementares, tais como publicação de informações relativas ao processo de transação de controle acionário da Celg D no site oficial da Eletrobrás e a obrigação da Celg D em disponibilizar a prestação de contas das medidas saneadoras aplicadas em sua (dela) recuperação financeira, do uso de seus recursos e da realização dos investimentos, ressalvadas as situações que envolvam sigilo e segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pela empresa adquirida.*

*O art.2º da lei federal em análise modificou a Lei 3.890-A/61 que trata da constituição da empresa ELETROBRAS, alterou o §1º do art. 15, introduzindo a possibilidade da ELETROBRAS associar-se a empresas de distribuição de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização e por fim, incluiu o §4º ao art.15 para o fim de dispensar o procedimento licitatório para a venda à ELETROBRAS de participação acionária em empresas relacionadas ao seu objeto social.*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino superior – PROIES, dirigido às instituições integrantes do sistema de ensino federal e estadual. De forma sucinta, o programa tem por objetivo viabilizar a manutenção dos níveis de matrículas ativas dos alunos, a recuperação de créditos tributários da União e a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior participantes do referido programa.*

*O artigo 27 alterou o caput do artigo 1º da Lei 12.429/11, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas – PMA, para o fim de excluir o prazo que existia anteriormente para tanto, que limitava as doações em até 12 meses a contar da data da publicação daquela lei (20/06/2011).*

*O artigo 28 insere ao artigo 1º da Lei 12.462/11, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de forma que as obras do PAC também entram no RDC.*

*Esse artigo 28 também promove alteração da redação do artigo 43 da lei do RDC estabelecendo que no caso de licitação e contratos da administração pública, relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação – Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e das obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos jogos anteriormente citados, mundiais jogos olímpicos e copa do mundo), estes terão sua vigência estabelecida até a data da extinção da Autoridade Pública Olímpica (APO).*

*O artigo 29 altera artigos da Lei 10.887/04 que trata da aposentadoria dos servidores públicos.*

*O artigo 30 altera os artigos 15 e 16 da Lei 11.033/04, que trata do REPORTO, para o fim de incluir a competência da SRFB para a habilitação no regime do REPORTO das empresas co-habilitadas dos fabricantes dos seguintes bens: utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias, classificados nas posições 86.01, 86.02 e 86.06 da NCM/SH, e aos trilhos e demais elementos de vias férreas, classificados na posição 73.02 da NCM/SH.*

*Os beneficiários do REPORTO acima mencionados (art. 15) poderão efetuar aquisições e importações amparadas pelo regime até 31.12.2015.*

*O artigo 31 altera o valor comercial das unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de R\$ 75.000,00 para R\$ 85.000,00 e autoriza, em caráter excepcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 1% da receita mensal auferida pelo contrato de construção.*

*O artigo 32 altera o §8º do artigo 2º da Lei 12.546, que dispõe sobre o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra, para o fim de estabelecer que o recolhimento pela exportadora do valor devido pela produtora vendedora nos casos de revenda no mercador interno dos produtos adquiridos para exportação e aqueles que passaram 180 dias não foram exportados, deverá ser efetivado até o*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



décimo dia subsequente **(a)** ao da revenda da mercadoria no mercado interno; ou **(b)** ao do vencimento do prazo estabelecido para a efetivação da exportação.

Também restou estabelecido que nos casos do recolhimento do tributo nas situações acima especificadas, tal deverá ser realizado acrescido de multa e de juros de mora, com base na Taxa SELIC.

Além disso, as empresas instaladas ou que venham a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que sejam montadoras e fabricantes de veículos automotores terrestres de passageiros e de uso misto de duas rodas ou mais e jipes; caminhonetes, furgões, pick-ups e veículos automotores, de quatro rodas ou mais, para transporte de mercadorias, caminhões-tratores; tratores agrícolas e colheitadeiras e outros mencionados nos art. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440/1997 e aquelas instaladas nas regiões da SUDAN e SUDENE, conforme o art. 1º da Lei nº 9.826/1999 poderão requerer, no âmbito do Reintegra, o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção 17,84% corresponderão a crédito para o PIS/Pasep e 82,16% corresponderão a crédito da COFINS.

As disposições relativas ao REPORTE vigoram de forma retroativa desde 1º de junho de 2012.

A Lei nº 12.688 entrou em vigor na data de sua publicação, 19 de julho de 2012 e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

## **16/07/2012 Instrução Normativa RFB nº 1.280, de 13 de julho de 2012**

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012, que institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, COFINS e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições).

Foi publicada em 16 de julho do corrente ano a Instrução Normativa RFB nº 1.280, que prorrogou o prazo para a transmissão da EFD – CONTRIBUIÇÕES para os optantes do regime de apuração de Imposto de Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Vale esclarecer que o prazo anterior para os optantes desses regimes de apuração do Imposto sobre a Renda, Lucro Presumido ou Arbitrado, era a partir de 1º de julho do corrente ano.

A Instrução Normativa RFB nº 1.280 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

## **16/07/2012 Ato Declaratório nº 11, de 13 de julho de 2012**

Ratifica os Convênios ICMS de 56/12, 57/12, 58/12, 59/12, 60/12, 61/12, 62/12, 63/12, 64/12, 65/12, 66/12, 67/12, 69/12, 70/12, 71/12, 72/12, 73/12, 74/12 e 75/12.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Ato Declaratório nº 11/2012, publicado em 16/07/2012, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 146ª Reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária CONFAZ, realizada em 22/06/2012.

CONVÊNIO ICMS 56/12 – Dispõe sobre a instituição de crédito presumido em substituição aos estornos de débitos decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações

CONVÊNIO ICMS 57/12 – Altera o Convênio ICMS 85/2011, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimentos em infraestrutura

CONVÊNIO ICMS 58/12 – Altera o Convênio ICMS 45/10, que autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder isenção do ICMS nas saídas de locomotivas; CONVÊNIO ICMS 59/12: Autoriza a concessão de parcelamento de débitos, tributários e não tributários, das empresas em processo de recuperação judicial

CONVÊNIO ICMS 60/12 – Altera o Convênio AE 15/74, que estabelece suspensão de ICM nas remessas interestaduais de produtos para conserto, reparo e industrialização

CONVÊNIO ICMS 61/12 – Autoriza a Secretaria da Receita Federal do Brasil a arrecadar o ICMS devido nas importações realizadas ao amparo do Regime de Tributação Unificada – RTU, e concede redução da base de cálculo do ICMS nas operações de importação alcançadas por esse Regime

CONVÊNIO ICMS 62/12 – Autoriza o Estado de Mato Grosso a prorrogar o prazo de pagamento do ICMS relativo à energia elétrica e referente aos fatos geradores que especifica

CONVÊNIO ICMS 63/12 – Autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações internas com cinzas de casca de arroz, bem como nas correspondentes prestações de serviço de transporte

CONVÊNIO ICMS 64/12 – Dispõe sobre a adesão do Estado do Amazonas ao Convênio ICMS 09/05, que autoriza os Estados Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal a conceder suspensão e isenção do ICMS incidente no desembarço aduaneiro de mercadoria ou bem importado sob o regime aduaneiro especial de depósito afiançado (DAF)

CONVÊNIO ICMS 65/12 – Autoriza a concessão de redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas de bebidas à base de soja que especifica

CONVÊNIO ICMS 66/12 – Altera dispositivos do Convênio ICMS 76/98, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS às operações internas e interestaduais de pirarucu criado em cativeiro

CONVÊNIO ICMS 67/12 – Prorroga disposições dos Convênios ICMS 38/01 e 04/08

CONVÊNIO ICMS 69/12 – Altera o Convênio ICMS 85/2011 que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimentos em infraestrutura

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



CONVÊNIO ICMS 70/12 – Altera o Convênio ICMS 125/11 que autoriza os Estados que menciona a excluir a gorjeta da base de cálculo do ICMS incidente no fornecimento de alimentação e bebidas promovido por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares

CONVÊNIO ICMS 71/12 – Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder isenção na importação de uma telecadeira de 4 cabos independentes

CONVÊNIO ICMS 72/12 – Prorroga o prazo previsto no Convênio ICMS 02/12 que autoriza o Estado do Amapá a não exigir a cópia da autorização expedida pela Receita Federal do Brasil concedendo isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – na hipótese que especifica, para concessão de isenção do ICMS nas operações com automóveis de passageiros para utilização como táxi, nos termos do Convênio ICMS 38/01 e dispõe sobre a adesão do Estado de Pernambuco às disposições do referido Convênio ICMS 02/12

CONVÊNIO ICMS 73/12 – Restaura a redação original da cláusula primeira do Convênio ICMS 137/02, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação a operação interestadual que destine mercadoria a empresa de construção civil, com exclusão do estado de Pernambuco

CONVÊNIO ICMS 74/12 – Altera o Convênio ICMS 142/11 que concede isenção e suspensão do ICMS nas operações e prestações relacionadas com a Copa das confederações Fifa 2013 e a Copa do Mundo Fifa 2014, e dá outras providências

CONVÊNIO ICMS 75/12 – Autoriza os Estados do Acre, Mato Grosso e o Distrito Federal a reduzirem multas juros e acréscimos legais previstos em suas legislações tributárias, e a concederem parcelamento de débito fiscal relacionados com o ICM e o ICMS.

Para conhecer o inteiro teor do Ato Declaratório nº 11/2012, [clique aqui](#).

## **16/07/2012 Despacho do Secretário Executivo do CONFAZ nº 129/2012, de 13 de julho de 2012**

Divulga nota remissiva sobre os Protocolos ICMS 17/85, 31/09, 88/12, 18/85, 91/08, 96/09, 107/09, 164/10, 36/09, 41/08, 28/09, 95/09, 26/04, 106/09, 33/09, 34/09, 86/09, 19/85, 27/09 e 89/09.

O Despacho do Secretário Executivo do CONFAZ nº 129/2012, publicado em 16/07/2012, informa que, em atendimento à solicitação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, nas operações com os produtos relacionados nos protocolos abaixo discriminados, destinadas ao Estado de São Paulo, os critérios para apuração da base de cálculo do ICMS/ST estão previstos no seguinte endereço eletrônico: [www.fazenda.sp.gov.br](http://www.fazenda.sp.gov.br) – Legislação – Tributária – Base de Cálculo de Substituição Tributária.

PROTOCOLO ICM 17/1985 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com lâmpada elétrica.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



PROTOCOLO ICMS 31/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

PROTOCOLO ICMS 88/2012 – Altera o Protocolo ICMS 129/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.

PROTOCOLO ICM 18/1985 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com pilha e bateria elétricas.

PROTOCOLO ICMS 91/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

PROTOCOLO ICMS 96/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

PROTOCOLO ICMS 107/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

PROTOCOLO ICMS 164/2010 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

PROTOCOLO ICMS 36/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

PROTOCOLO ICMS 41/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.

PROTOCOLO ICMS 28/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

PROTOCOLO ICMS 95/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

PROTOCOLO ICMS 26/2004 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com rações para animais domésticos.

PROTOCOLO ICMS 106/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

PROTOCOLO ICMS 33/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

PROTOCOLO ICMS 34/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artefatos de uso doméstico.

PROTOCOLO ICMS 86/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artefatos de uso doméstico.

PROTOCOLO ICM 19/1985 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com disco fonográfico, fita virgem ou gravada.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



PROTOCOLO ICMS 27/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com ferramentas.

PROTOCOLO ICMS 89/2009 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com ferramentas.

Para conhecer o inteiro teor do Despacho do Secretário Executivo do CONFAZ nº 129/2012, [clique aqui](#).

## **12/07/2012 Comunicado DA 53/2012**

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/08/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 12/07/2012, o Comunicado DA 53, de 11/07/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/08/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF-31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/08/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 53/2012, [clique aqui](#).

## **12/07/2012 Protocolo ICMS 90, de 6 de julho de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 85/09, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

Publicado em 10/07/2012, o Protocolo ICMS 90, de 6 de julho de 2012, altera o Protocolo ICMS 85/2009, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

Importante destacar que a Cláusula terceira do Protocolo 85/2009, celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula terceira** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste Protocolo.”.

“§ 1º Em substituição ao valor de que trata o “caput”, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula":*

*MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ", onde:*

*I – "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste Protocolo.*

*II – "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;*

*III – "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.*

*§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA – ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.*

*§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula."*

*Ademais, foi alterada a redação do Anexo Único do Protocolo 85/2009, conforme segue:*

## **ANEXO ÚNICO**

<b>ITEM</b>	<b>CÓDIGO NCM/SH</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	9404.10.00	Suportes elásticos para cama
2	9404.2	Colchões, inclusive box
3	9404.90.00	Travesseiros e pillow

*Por fim, a o Protocolo ICMS 90/2012 revoga os §§ 1º e 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 85/2009.*

*O Protocolo ICMS 90/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.*

*Para conhecer o inteiro teor do protocolo em tela, [clique aqui](#).*

**11/07/2012 Portaria CAT 84, de 29 de junho de 2012**

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Altera a Portaria CAT-26/10, de 12-02-2010, que dispõe sobre a apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS.*

*A Portaria CAT 84, de 29 de junho de 2012, publicada em 30/06/2012, altera a Portaria CAT-26/2010, que dispõe sobre a apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS.*

*Foram alterados diversos artigos da Portaria CAT 26/2010, dentre os quais destacamos os artigos 12 e 13 que permitem ao contribuinte solicitar a substituição do arquivo digital acolhido pela Secretaria da Fazenda, observados os procedimentos desta norma.*

*O “caput” do artigo 18 também foi modificado, para determinar que a autorização para a apropriação de crédito acumulado dependerá de verificação fiscal sumária, consistindo no cruzamento dos dados do arquivo digital com os do banco de dados da Secretaria da Fazenda, e, posteriormente, de verificação pelo fisco dos itens que relaciona.*

*Importante ressaltar que, de acordo com a nova redação dada à alínea “b” do item 2 do § 1º do artigo 37, o contribuinte deve declarar que apresentará, previamente à assinatura do termo de aceite do regime especial, garantia em valor suficiente para a integral liquidação do crédito constituído e cobertura enquanto perdurar o contencioso, mediante depósito administrativo, fiança bancária ou seguro de obrigações contratuais.*

*Ademais, foram acrescentados vários dispositivos à Portaria CAT 26/2010 que tratam: (i) do bloqueio da conta corrente eletrônica quando constatada a apropriação de crédito acumulado em desacordo com a legislação, inclusive nos casos de substituição de arquivo digital; (ii) da verificação fiscal sumária.*

*Por fim, a Portaria CAT 84/2012 revoga os artigos 46 a 50 da Portaria CAT 26/2010.*

*A Portaria CAT 84/2012 entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor da mesma, [clique aqui](#).*

## **10/07/2012 Protocolo ICMS 77, de 22 de junho de 2012**

*Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.*

*Publicado em 28/06/2012, o Protocolo ICMS 77/2012, celebrado entre os Estados de Piauí e São Paulo, dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.*

*O Protocolo ICMS 77/2012 determina que, nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo Único deste protocolo, destinadas ao Estado do Piauí, fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes. Aplica-se também à diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre a base de cálculo da operação própria, incluídos, quando for o caso, os valores de frete, seguro, impostos e outros encargos*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*transferíveis ou cobrados do destinatário, na hipótese de entrada decorrente de operação interestadual, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria destinada a uso ou consumo.*

*Cabe apenas salientar que o regime de que trata este Protocolo não se aplica:*

*I – à transferência da mercadoria entre estabelecimentos da empresa industrial, do importador ou do arrematante;*

*II – às operações entre importadores, industriais ou arrematante, qualificados como sujeitos passivos por substituição em relação à mesma mercadoria.*

*A base de cálculo, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade competente, ou na falta deste, o preço sugerido ao público pelo fabricante ou importador, acrescido, em ambos os casos, do valor do frete quando não incluído no preço (no caso de não houver preço máximo, o parágrafo 1º da cláusula terceira estabelece o procedimento a ser seguido).*

*O Protocolo estabelece, ainda, a data de recolhimento do imposto, e sua forma, assim como a data da remessa das informações de obrigatoriedade do sujeito passivo substituto.*

*Além disso, os Estados de São Paulo e do Piauí acordam em adequar as margens de valor agregado ajustadas para equalizar a carga tributária em razão da diferença entre a efetiva tributação da operação própria e a alíquota interna na unidade federada destinatária, com relação às entradas de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação.*

*O Protocolo ICMS 77, de 22 de junho de 2012 entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.*

*Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS 77/2012 e do Anexo Único, [clique aqui](#).*

## **10/07/2012 Protocolo ICMS 61, de 22 de junho de 2012**

*Altera o Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.*

*Publicado em 28/06/2012, o Protocolo ICMS 61/2012, altera o Protocolo ICMS 41, de 04 de abril de 2008, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças, modificando a redação de seus parágrafos 2º e 3º da cláusula segunda, que passam a vigorar da seguinte forma:*

*“§ 2º A MVA-ST original é:*

*I – 33,08% (trinta e três inteiros e oito centésimos por cento), tratando-se de:*

*a) saída de estabelecimento de fabricante de veículos automotores, para atender índice de fidelidade de compra de que trata o art. 8º da Lei federal nº 6.729, de 28 de novembro de 1979;*

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



b) saída de estabelecimento de fabricante de veículos, máquinas e equipamentos agrícolas ou rodoviários, cuja distribuição seja efetuada de forma exclusiva, mediante contrato de fidelidade.

II – 59,60% (cinquenta e nove inteiros e sessenta centésimos por cento) nos demais casos.

§ 3º Da combinação dos §§ 1º e 2º, o remetente deve adotar as seguintes MVA ajustadas nas operações interestaduais:

I – quando a MVA-ST corresponder ao percentual de 33,08% (trinta e três inteiros e oito centésimos por cento):

	Alíquota interna da unidade federada de destino		
	17%	18%	19%
Alíquota interestadual de 7%	49,11	50,93%	52,80%
Alíquota interestadual de 12%	41,10	42,82%	44,58%

II – quando a MVA-ST corresponder ao percentual de 59,60% (cinquenta e nove inteiros e sessenta centésimos por cento):

	Alíquota interna da unidade federada de destino		
	17%	18%	19%
Alíquota interestadual de 7%	78,83%	81,01%	83,24%
Alíquota interestadual de 12%	69,21%	71,28%	73,39%

”.

O Protocolo ICMS 61, de 22 de junho de 2012, entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo ICMS 61/2012, [clique aqui](#).

## 06/07/2012 Convênio ICMS 69, de 22 de junho de 2012

Altera o Convênio ICMS 85/2011, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimento em infraestrutura.

Publicado em 27/06/2012, no Diário Oficial da União, o Convênio ICMS 69, de 22 de junho de 2012, altera o caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 85/2011, de 30 de setembro de 2011, que passa a vigorar da seguinte maneira:



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*“Cláusula primeira – Ficam os Estados do Acre, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe autorizados a conceder crédito outorgado de ICMS destinado exclusivamente a aplicação em investimentos em infraestrutura em seus territórios, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.”.*

*O Convênio ICMS 69/2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.*

*Para conhecer o inteiro teor do Convênio ICMS 69/2012, [clique aqui](#).*

## **06/07/2012 Convênio ICMS 57, de 22 de junho de 2012**

*Altera o Convênio ICMS 85/2011, que autoriza os Estados que menciona a conceder crédito outorgado de ICMS destinado a aplicação em investimento em infraestrutura.*

Publicado em 27/06/2012, no Diário Oficial da União, o Convênio ICMS 57, de 22 de junho de 2012, altera o *caput* da cláusula primeira do Convênio ICMS 85/2011, de 30 de setembro de 2011, que passa a vigorar da seguinte maneira:

*“Cláusula primeira – Ficam os Estados do Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe autorizados a conceder crédito outorgado de ICMS destinado exclusivamente a aplicação em investimentos em infraestrutura em seus territórios, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.”.*

*O Convênio ICMS 57/2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.*

*Para conhecer o inteiro teor do Convênio ICMS 57/2012, [clique aqui](#).*

## **06/07/2012 Despacho CONFAZ 112/2012**

*Informa sobre a aplicação no Estado do Alagoas dos Protocolos ICMS 104/08 e 106/08.*

*O Despacho CONFAZ 112, de 27 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 28/06/2012, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria do Estado da Fazenda de Alagoas, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas nos Protocolos ICMS – estes, celebrados juntamente com o Estado de São Paulo-, mencionados abaixo, a partir de 1º de novembro de 2012.*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Protocolo ICMS 104/08 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno;*

*Protocolo ICMS 106/08 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.*

*Para conhecer o inteiro teor do Despacho CONFAZ 112/2012, [clique aqui](#).*

## **06/07/2012 Despacho CONFAZ nº 110**

*Informa sobre aplicação no Estado do Ceará dos Protocolos ICMS 13/08, 16/08, 18/08, 19/08, 20/08, 21/08 e 23/08.*

*O Despacho do Secretário-Executivo do CONFAZ, nº 110, de 26 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União, de 27/06/2012, torna público que, em atendimento à solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda do Ceará, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas nos Protocolos ICMS a seguir indicados a partir de 1º de janeiro de 2013:*

*Protocolo ICMS 13/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador que especifica;*

*Protocolo ICMS 16/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aguardente;*

*Protocolo ICMS 18/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza que especifica;*

*Protocolo ICMS 19/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática;*

*Protocolo ICMS 20/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com suportes elásticos para cama, colchões, inclusive box, travesseiros e pillow;*

*Protocolo ICMS 21/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção que especifica;*

*Protocolo ICMS 23/2008 – Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano.*

*Para conhecer o inteiro teor do Despacho CONFAZ 110/2012, [clique aqui](#).*

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



## 05/07/2012 Protocolo 70/12

Altera o Protocolo ICMS 104/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno**.

Os Estados da Bahia e de São Paulo, celebraram o protocolo 70, de 22.06.2012, publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2012 alterando o Protocolo ICMS 104/09 que trata sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.

A norma **altera** a cláusula terceira e **revoga** os §§ 1º, 3º e 4º da cláusula sexta do Protocolo ICMS 104/09 nos moldes a seguir:

**“Cláusula terceira** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste protocolo.

Em substituição ao valor de que trata o ‘caput’, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (‘MVA Ajustada’), calculado segundo a fórmula:

‘MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ’, onde:

I – ‘MVA ST original’ é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste Protocolo;

II – ‘ALQ inter’ é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – ‘ALQ intra’ é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a ‘ALQ intra’ ser inferior à ‘ALQ inter’, deverá ser aplicada a ‘MVA – ST original’, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Por último traz o novo texto do Anexo Único.



O Protocolo ICMS nº 70, de 22 de junho de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do Protocolo e do Anexo Único, [clique aqui](#).

## **05/07/2012 Protocolo ICMS nº 69, de 22 de junho de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 94/09, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria.

Em 28 de junho de 2012, foi publicado o Protocolo ICMS nº 69, celebrado pelos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, para o fim de alterar algumas disposições contidas no Protocolo ICMS 94, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria.

A redação da cláusula terceira do supra citado Protocolo ICMS 94/2009, que cuida da composição da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor, constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos relacionados no Anexo Único a este Protocolo.

Alternativamente, estabelece o § 1º da referida cláusula terceira que, a legislação do Estado de destino poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$

Caso a "ALQ intra" seja inferior à "ALQ inter" deverá ser aplicada a MVA-ST original sem o ajuste previsto no § 1º da cláusula terceira do Protocolo ICMS 94/2009.

Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro e outros encargos na composição da base de cálculo, o recolhimento do ICMS-ST correspondente a estas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de MVA previstos na aludida cláusula terceira.

O Anexo Único constante do Protocolo ICMS 94, de 2009 fica inteiramente substituído pelo Anexo Único constante no Protocolo ICMS 69 de 2012, que entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.

Para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **05/07/2012 Protocolo ICMS nº 68, de 22 de junho de 2012**

*Altera o Protocolo ICMS 91/09, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos.*

*Em 28 de junho de 2012, foi publicado o Protocolo ICMS nº 68, celebrado pelos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, para o fim de alterar algumas disposições contidas no Protocolo ICMS 91, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações materiais elétricos.*

*A redação da cláusula terceira do supra citado Protocolo ICMS 91/2009, que cuida da composição da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor, constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos relacionados no Anexo Único a este Protocolo.*

*Alternativamente, estabelece o § 1º da referida cláusula terceira que, a legislação do Estado de destino poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:*

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$

*Caso a "ALQ intra" seja inferior à "ALQ inter" deverá ser aplicada a MVA-ST original sem o ajuste previsto no § 1º da cláusula terceira do Protocolo ICMS 91/2009.*

*Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro e outros encargos na composição da base de cálculo, o recolhimento do ICMS-ST correspondente a estas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de MVA previstos na aludida cláusula terceira.*

*O Anexo Único constante do Protocolo ICMS 91, de 2009 fica inteiramente substituído pelo Anexo Único constante no Protocolo ICMS 68 de 2012, que entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.*

*Para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).*

## **05/07/2012 Protocolo ICMS nº 67, de 22 de junho de 2012**

*Altera o Protocolo ICMS 92/09, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.*

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*Em 28 de junho de 2012, foi publicado o Protocolo ICMS nº 67, celebrado pelos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, para o fim de alterar algumas disposições contidas no Protocolo ICMS 92, de 23 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno.*

*A redação da cláusula terceira do supra citado Protocolo ICMS 92/2009, que cuida da composição da base de cálculo do ICMS para fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor, constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos relacionados no Anexo Único a este Protocolo.*

*Alternativamente, estabelece o § 1º da referida cláusula terceira que, a legislação do Estado de destino poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:*

$$\text{MVA ajustada} = [(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$

*Caso a "ALQ intra" seja inferior à "ALQ inter" deverá ser aplicada a MVA-ST original sem o ajuste previsto no § 1º da cláusula terceira do Protocolo ICMS 92/2009.*

*Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro e outros encargos na composição da base de cálculo, o recolhimento do ICMS-ST correspondente a estas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de MVA previstos na aludida cláusula terceira.*

*O Anexo Único constante do Protocolo ICMS 92, de 2009 fica inteiramente substituído pelo Anexo Único constante no Protocolo ICMS 67 de 2012, que entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012.*

*Para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).*

## **05/07/2012 Protocolo ICMS 66/12**

*Altera o Protocolo ICMS 39/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com **materiais elétricos**. Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, celebraram o Protocolo ICMS 66, de 22.06.2012, publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2012 alterando o Protocolo ICMS 39/09 que trata sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos.*

*A norma **altera** a cláusula terceira e **revoga** os §§ 1º e 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 39/09 nos moldes a seguir:*



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



**“Cláusula terceira** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o caput, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (‘MVA Ajustada’), calculado segundo a fórmula:

‘MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ’, onde:

I – ‘MVA ST original’ é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste Protocolo;

II – ‘ALQ inter’ é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – ‘ALQ intra’ é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a ‘ALQ intra’ ser inferior à ‘ALQ inter’, deverá ser aplicada a ‘MVA – ST original’, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Por último traz o novo texto do Anexo Único.

O Protocolo ICMS nº 66, de 22 de junho de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012, para conhecer o inteiro teor do Protocolo e do Anexo Único, [clique aqui](#).

## **05/07/2012 Protocolo ICMS 65/12**

Altera o Protocolo ICMS 30/09, de 5 de junho de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, celebraram o Protocolo ICMS 65/12, de 22.06.2012, publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2012 alterando o Protocolo ICMS 30/09 que trata sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

A norma **altera** a cláusula terceira e **revoga** os §§ 1º e 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 30/09 nos moldes a seguir:

**“Cláusula terceira** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o caput, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada (‘MVA Ajustada’), calculado segundo a fórmula:

‘MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ’, onde:

I – ‘MVA ST original’ é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste Protocolo;

II – ‘ALQ inter’ é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – ‘ALQ intra’ é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a ‘ALQ intra’ ser inferior à ‘ALQ inter’, deverá ser aplicada a ‘MVA – ST original’, sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”

Por último traz o novo texto do Anexo Único.

## **“ANEXO ÚNICO**

ITEM	Código NCM/SH	DESCRIÇÃO
1	9404.10.00	Suportes elásticos para cama

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



2	9404.2	Colchões, inclusive box
3	9404.90.00	Travesseiros e pillow

O Protocolo ICMS nº 65, de 22 de junho de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012, para conhecer o inteiro teor, [clique aqui](#).

## 05/07/2012 Protocolo 63/12 – Altera o Protocolo ICMS 40/09

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos de **papelaria**.

Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo celebraram o Protocolo ICMS 63, de 22.06.2012, publicado no Diário Oficial da União de 28.06.2012 alterando o Protocolo ICMS 40/09 que trata sobre a substituição tributária nas operações com produtos de papelaria.

A norma **altera** a cláusula terceira e **revoga** os §§ 1º e 3º da cláusula sétima do Protocolo ICMS 40/09 nos moldes a seguir:

**“Cláusula terceira** A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste protocolo.

§ 1º Em substituição ao valor de que trata o caput, a legislação do Estado de destino da mercadoria poderá fixar a base de cálculo do imposto como sendo o preço praticado pelo remetente, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ('MVA Ajustada'), calculado segundo a fórmula:

'MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ', onde:

I – 'MVA ST original' é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste Protocolo;

II – 'ALQ inter' é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – 'ALQ intra' é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a 'ALQ intra' ser inferior à 'ALQ inter', deverá ser aplicada a 'MVA – ST original', sem o ajuste previsto no § 1º.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



*§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado previstos nesta cláusula.”*

*Por último traz o novo texto do Anexo Único.*

*O Protocolo ICMS nº 63, de 22 de junho de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012. Para conhecer o inteiro teor do protocolo e do Anexo Único, [clique aqui](#).*

## **04/07/2012 Convênio ICMS 59, de 22 de junho de 2012**

*Autoriza a concessão de parcelamento de débitos, tributários e não tributários, das empresas em processo de recuperação judicial*

*Publicado em 27/06/2012, o Convênio ICMS 59, de 22 de junho de 2012, autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder, para as empresas em processo de recuperação judicial, parcelamento de débitos, tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa no limite máximo de 84 (oitenta e quatro) meses.*

*Referido parcelamento somente poderá ser requerido após o deferimento, devidamente comprovado, do processamento da recuperação judicial. Caso não seja concedida a recuperação judicial, o parcelamento será rescindido nos termos deste Convênio.*

*Importante destacar que o pedido de parcelamento abrangerá todos os débitos, tributários e não tributários, existentes em nome do devedor, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, não abrangendo, contudo, os parcelamentos em curso.*

*O débito objeto do parcelamento será consolidado na data da concessão e dividido pelo número de parcelas, observado o valor mínimo de parcela a ser fixado pela legislação tributária estadual, a qual disporá sobre os atos necessários à implementação deste Convênio, inclusive quanto à forma de consolidação dos débitos, à atualização das parcelas e ao limite máximo de parcelas.*

*A norma em comento determina, ainda, que implicará imediata revogação do parcelamento, independente de comunicação prévia, ficando o saldo devedor automaticamente vencido, nas seguintes hipóteses:*

- (i) o não pagamento de 2 (duas) parcelas consecutivas ou não ou o não pagamento da última parcela;*
- (ii) a decretação da falência.*



Nesse caso, o saldo remanescente será, conforme o caso, inscrito em Dívida Ativa ou encaminhado para prosseguimento da execução, impedindo, em qualquer caso, o parcelamento.

O Convênio ICMS 59/2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, e para conhecer o inteiro teor do mesmo, [clique aqui](#).

## 03/07/2012 Portaria CAT 85, de 02 de julho de 2012

Altera a Portaria CAT-172/11, de 27-12-2011, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 85, de 02 de julho de 2012, publicada em 03/07/2012, altera a redação do Anexo Único da Portaria CAT 172/2011, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere o artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 85/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

## 03/07/2012 Decreto 58.188, de 02 de julho de 2012

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Publicado em 03/07/2012, o Decreto 58.188, de 02 de julho de 2012, introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, para acrescentar o artigo 35 ao Anexo III – Créditos Outorgados.

O novo artigo estabelece que, **até 31 de dezembro de 2012**, nas saídas internas e para o exterior de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, promovidas por estabelecimento abatedor que efetue o abate neste Estado, este estabelecimento poderá creditar-se de importância equivalente à aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da saída.

Importante destacar que para fruição do referido incentivo, o contribuinte deve observar as seguintes condições:

(i) o benefício em comento aplica-se na proporção do valor das entradas de aves vivas para abate originadas no Estado de São Paulo, em relação ao valor total das entradas de aves vivas para abate no estabelecimento abatedor;

(ii) para fins do disposto no item anterior, o valor da saída interna ou para o exterior deverá ser ajustado pela fórmula  $V = S \times A/T$ , onde:



V = valor ajustado da saída, sobre o qual será aplicado o percentual de 5%

S = valor da saída interna ou para o exterior

A = valor das entradas, no estabelecimento abatedor, de aves vivas para abate originadas no Estado de São Paulo, realizadas durante o período de apuração do imposto em que se promoveu a saída interna ou para o exterior

T = valor total das entradas, no estabelecimento abatedor, de aves vivas para abate, realizadas durante o período de apuração do imposto em que se promoveu a saída interna ou para o exterior

(iii) nas saídas para o exterior, a exportação deve ser efetuada por meio de portos ou aeroportos paulistas;

(iv) o crédito deve ser lançado no campo “Outros Créditos” do Livro Registro de Apuração do ICMS – RAICMS, com a expressão “Crédito Outorgado – artigo 35 do Anexo III do RICMS”;

(v) não se compreende na operação de saída aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

O Decreto 58.188/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para as saídas ocorridas a partir de 1º de junho de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto 58.188/2012, [clique aqui](#).